



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04/15

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 30 DE
SETEMBRO DE 2015**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Sérgio Miguel Pratas Duarte e João Ladislau Teles de Matos.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Maria Amélia Martins Faria dos Santos, Manuel Carlos Bento Fradiano e Bruno José Pereira Soares.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Mário Luís Pintado Alves e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Pelo Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Paula Alexandra Ferrão Pereira, por motivo de ordem familiar, tendo sido substituída Ana Cristina Brandão Félix.

- Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por motivo de ordem familiar, tendo sido substituída por Miriam Pires Boieiro.

- Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, por motivo de saúde, tendo sido substituída por Luís Miguel dos Reis Coelho Maia.

- Patrícia Pinto Felizes Figueira, justificou telefonicamente, por motivo de ordem profissional.

- João Manuel Alves Nunes do Valle.

As justificações foram aceites.

O presidente da Assembleia informou que Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado pediu a renúncia de mandato, por motivos de ordem profissional, a partir de 18 de setembro. Em sua substituição tomou posse Henrique de Menezes Infante da Câmara, após ter prestado juramento legal e ter sido lavrada a respetiva ata.

O presidente da Assembleia Municipal convidou Sérgio Duarte para a Mesa em substituição de Sónia Ramos, o que foi aceite.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélu, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão de fevereiro de 2015:

Após ser submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão de abril de 2015:

Após ser submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

O presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)

- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Questionou no sentido de saber para quando está prevista a substituição das palmeiras cortadas e solicitou para a bancada do PSD, cópia dos documentos que instruem o protocolo celebrado entre a Câmara e a SONAE relativamente ao estabelecimento comercial “Continente”.

A propósito das obras para a instalação do referido estabelecimento, chamou a atenção para o facto de a Câmara não ter aproveitado para corrigir a passadeira frente às escolas na avenida da Restauração.

- Pedro Canteiro:

Mostrou preocupação face às constantes mudanças de trajeto dos autocarros, que causam bastante transtorno aos utentes e lamentou a falta de esclarecimento por parte dos motoristas.

- Luís Cardoso:

Questionou se há desenvolvimentos no processo de privatização da EGF.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Refugiados e Emigrantes”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

Luiz Batista, referindo em resumo, que embora compreenda este problema, certo é que, na sua opinião, a Europa não deve abrir totalmente as suas portas, mas sim, criar condições nos países de origem dos refugiados e emigrantes para que possam ter paz e uma vida digna.

Fábio Bernardo, chamou a atenção para a condição humana em que estas pessoas se encontram, as quais não vivem, apenas tentam sobreviver à guerra e a todas as consequências que esta produz. É imperioso mostrar solidariedade para com aqueles que vivem nesta penosa situação, frisando contudo, terem sido a União Europeia e os Estados Unidos os causadores da situação.

Pedro Canteiro, afirmou que concorda com a mensagem humanitária, contudo, entende que num texto destes não se deve inscrever ideologia política, salientando que muitas destas pessoas são oriundas do antigo bloco de leste que eram governados pelo comunismo e viviam na miséria.

Fernando Leiria, questionou: será que a NATO quer realmente paz? Lembrou a cimeira dos Açores onde foi aprovada a invasão do Iraque, que deu no que deu, esperando que no futuro não se venham a aprovar moções contra a construção de novos muros na Europa.

Iolanda Nunes referiu compreender a situação humanitária descrita na moção, alertando para que os direitos humanos devam ser acautelados por todos. Contudo, também entende, que os refugiados não têm o direito de causar danos humanitários, dado o enorme número de pessoas que na verdade, apenas procuram chegar à Alemanha ou à Áustria.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 6 abstenções do PS e CDS-PP e 1 voto contra do PSD.

- Fábio Bernardo, em nome da CDU, apresentou em nome da CDU, uma proposta de moção sobre “Não à realização dos exercícios militares da NATO”.

Submetida à discussão, usaram da palavra os seguintes membros:

Luiz Batista discordou do teor da moção e em resumo, afirmou que enquanto militar participou durante cerca de trinta anos em exercícios contra a guerra, integrado em exercícios da NATO, lembrando que Portugal é membro integrante desta.

Fábio Bernardo afirmou que a NATO foi criada com um objetivo que já não tem razão de ser nos dias de hoje, reforçando por isso, que a CDU não pede a saída, mas sim a extinção da NATO.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 2 votos contra do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PSD e 2 abstenções do PS.

- Luiz Batista, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Adoção do IMI familiar no Município de Alcochete”

Submetida à discussão, usaram da palavra os seguintes membros:

Mário Alves, lembrou que o assunto já esteve presente em reunião de Câmara, apresentado pelo vereador Vasco Pinto e em relação à presente proposta ainda aguarda a confirmação sobre os rácios, tentando-se depois quantificar a redução que a medida traria para o Município, percebendo se será ou não uma boa opção, lembrando que a Câmara está ao abrigo de um PSF.

Natacha Patinha estranhou que o assunto venha a esta Assembleia, dado que a Câmara tem até ao dia 30 de novembro para se pronunciar e apresentar uma proposta, não deixando de frisar algumas contradições na legislação desta matéria.

Fábio Bernardo entende que esta medida não traz justiça fiscal, tratando-se de uma desresponsabilização por parte do Governo na falta de apoio às famílias numerosas, atirando-a para as autarquias.

Fernando Leiria corroborou a anterior intervenção.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada, com 1 voto a favor e 21 abstenções da CDU, PS e CDS-PP.

Natacha Patinha fez declaração de voto em nome da CDU

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara, sucintamente, informou, que já por diversas vezes a Câmara propôs ao Governo que através das suas competências resolvesse a questão da apanha de bivalves no rio, em Alcochete e Samouco, podendo assim, terminar um fenómeno muito complicado que é o de comportamentos menos próprios, a raiar por vezes, o crime de tráfico de seres humanos, entre outros.

Relativamente à cedência da documentação com a SONAE, explicou detalhadamente os procedimentos administrativos, os quais podem ser consultados por qualquer cidadão.

Salientou que as conversações com a SONAE foram muito boas para Alcochete, tendo-se conseguido até, algumas melhorias que não estavam previstas, como foi a repavimentação da avenida da Restauração.

Num contexto de contenção, com a monitorização ao PSF, constata-se que a Câmara recuperou do ponto de vista económico-financeiro.

Quanto à remoção dos troncos das palmeiras, em 2015 não irão decorrer ações nesse sentido de acordo com os documentos previsionais aprovados.

Informou que tem reunido com a presidente do Porto de Lisboa, no sentido de esta apreciar a hipótese de requalificar o miradouro “Amália Rodrigues”. Mais disse, que por opção, a Câmara apresentou candidaturas a todas as fontes de financiamento e a todos os programas operacionais.

Confirmou a necessidade de alterar o trânsito aquando das obras do “Continente” e da realização das festas do Barrete Verde, sendo que todas as outras alterações resultam de avarias que surgem e que obrigam a uma reparação urgente. Compreende o incómodo que a situação causa, lembrando contudo, que é elaborado edital e que o mesmo é divulgado.

O vereador Jorge Giro voltou uma vez mais a explicar todo o processo relativamente à EGF, lembrando que os partidos que formam a coligação “Portugal à Frente”, ou seja o PSD e CDS-PP, não estiveram com a Câmara Municipal no combate à privatização da empresa. No entanto, estas posições ficarão esclarecidas junto da população, quando as tarifas do lixo subirem e as condições se agravarem.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

-João José Madruga:

Lamentou que o largo Barão de Samora Correia apenas tenha uma via com um sentido, assim como a existência de dejetos caninos na zona da sua habitação (praceta Luís de Camões) e não só, solicitando por isso, uma maior limpeza por parte da Câmara.

Chamou a atenção para o estacionamento abusivo que se verifica no relvado da avenida D. Manuel I.

-Francisco Pires:

Apresentou, em nome dos moradores do Canto do Pinheiro, um abaixo-assinado (já entregue à Câmara), dando conta de uma situação grave que se passa na urbanização, a qual coloca em causa o direito ao bem estar das pessoas, devido ao excesso de ruído provocado pela igreja “A Catedral da Família – Mistério da Vida em Cristo”.

Mais informou, que a atividade ali desenvolvida não está de acordo com a licença de utilização e alvará emitidos pela Câmara, pelo que solicitam a intervenção desta.

- Filipa de Santa Bárbara, corroborou as palavras do anterior orador, frisando ser uma das pessoas mais prejudicadas, dada a proximidade da igreja com a sua residência.

Informou também, que a GNR já foi chamada ao local por diversas vezes, mas nada foi feito até agora, pelo que também solicita a intervenção da Câmara.

Em resposta, o presidente da Câmara informou que rececionou o abaixo-assinado, acrescentando que havia a presunção do problema, mas não a sua dimensão. O problema irá ser apreciado com o Chefe de Divisão da DATAEC, assim como com os serviços de Fiscalização.

Não estando em causa o direito à liberdade religiosa, será necessário antes de mais atuar com bom senso antes de procedimentos mais gravosos. Acrescentou que a Câmara ainda não rececionou nenhum auto de notícia por parte da GNR.

O vereador Jorge Giro em resposta a João José Madruga, esclareceu que a sujidade das vias com dejetos caninos se deve à falta de civismo dos proprietários dos animais, dado que a Câmara não se exime das suas responsabilidades de limpeza. O estacionamento abusivo é também falta de civismo e de policiamento por parte da GNR.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, após o que foram retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia propôs que o ponto não agendado passasse para 2.º ponto da Ordem do Dia, o que foi aceite, renumerando-se os pontos seguintes.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

PONTO 2 – ADENDA AO PSF – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Agradeceu à vereadora Teresa Sarmento e vereador Vasco Pinto, a disponibilidade demonstrada na concordância da inserção deste ponto, dado o mesmo não ter sido apreciado em reunião de Câmara antes de ser remetido à Assembleia Municipal.

Após uma breve introdução ao assunto, com a permissão do presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Dr. Jorge Pinto, Assessor Financeiro da Câmara, o qual explicou a monitorização do Plano, salientando que o Município está a alcançar os objetivos traçados, sendo que em alguns casos, os mesmos estão a ser superados.

Mário Alves questionou porque tem havido tanta troca de correspondência entre a Câmara e o Tribunal de Contas, tendo o presidente da Câmara esclarecido que esta relação é normal e que em última instância, se necessário, a Câmara recorrerá ao Tribunal Constitucional.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 1 do PSD e 6 abstenções (4 do PS e 2 do CDS-PP).

PONTO 3 –AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES (CARNE E ENCHIDOS) PARA O REFEITÓRIO MUNICIPAL, EM FORNECIMENTOS CONTÍNUOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres fez uma breve explicação, no sentido de realçar apenas estar em causa, a autorização da Assembleia para que se possa proceder à repartição de encargos em dois anos económicos.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

PONTO 4 –AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA FINANCEIRA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres fez uma breve explicação, no sentido de realçar apenas estar em causa, a autorização da Assembleia para que se possa proceder à repartição de encargos em dois anos económicos.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor da CDU e PS e 3 abstenções do CDS-PP e PSD.

PONTO 5 –AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA AS INSTALAÇÕES DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS (PORTARIA) POR 12 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres fez uma breve explicação, no sentido de realçar apenas estar em causa, a autorização da Assembleia para que se possa proceder à repartição de encargos em dois anos económicos.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

PONTO 6 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2015

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres, frisou o descontentamento face ao mapa apresentado, dado o mesmo não corresponder às reais necessidades da autarquia, porém, por imposição legal, é o que pode ser, apesar de todos os constrangimentos que gera na gestão da Câmara.

Luiz Batista, saudou a Câmara por este mapa, passando finalmente a ter apenas quatro chefias e congratulou-se com a transferência da jurista a desempenhar funções do Desporto para o setor jurídico.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

PONTO 7 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROCEDIMENTO RELATIVO AO LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA EMPRESA BALUARTE, LD.^a, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

Submetida à discussão, Luiz Batista afirmou estranhar não haver pronúncia por parte da RAN.

O presidente da Câmara esclareceu que a Câmara com conhecimento, apenas tem que verificar se existe ou não interesse na manutenção da empresa no concelho de Alcochete, salientando, que a proposta apresentada à Assembleia é extensa e pormenorizada.

O presidente da Assembleia Municipal solicitou a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 8 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO LOTEAMENTO DO NÚCLEO E, SITO EM VALBOM, FREGUESIA DE ALCOCHETE, CONSTANTES DAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12 DE FEVEREIRO DE 1986 E 17 DE FEVEREIRO DE 2010

Submetida à discussão, Iolanda Nunes perguntou se a alteração tem como objetivo requalificar a situação do quartel dos Bombeiros, tendo o presidente da Câmara respondido que sim.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 9 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2015

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO 10 – 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2015 – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Submetida à discussão, o presidente da Câmara afirmou que esta revisão tem como propósito abrir e dotar a rubrica “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano” com cem euros, para posteriormente se poderem vir a recolher eventuais fundos comunitários.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 7 abstenções do PS, CDS-PP e PSD.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

Luiz Batista:

Informou não ter gostado da agressividade do presidente da Câmara quando respondeu a duas questões que formulou, nomeadamente em relação aos mariscadores e à frente ribeirinha.

António Almeirim:

Afirmou também não ter gostado de ouvir Luiz Batista apelidar de “circo”, a iniciativa que a Junta de Freguesia de Samouco levou a efeito há um tempo atrás, denominada “Praça da Saúde”, a qual tinha como objetivo criar uma Comissão de Utentes para exigir mais e melhores cuidados e mais médicos na freguesia.

Como classificar, quando este membro se deixa fotografar na praia de Alcochete, com fato de mergulho para ir apanhar ameijoas?

Mais disse, que também a Junta de Freguesia de Samouco por diversas vezes promoveu iniciativas, no sentido de tentar regularizar esta atividade, mas o Governo não deu resposta. Aproveitou ainda, para chamar a atenção para os prejuízos que se têm verificado nos espaços públicos adjacentes à praia, pelo uso indevido e incorreto por parte de alguns mariscadores.

Fábio Bernardo:

Sugeri a Luiz Batista (que parece ter um canal direto com o Governo) que tente resolver a situação, não esquecendo de também interceder para que possa ser efetuado o pagamento à Câmara, da verba devida pela construção do Centro de Saúde do Samouco.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:25 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: